



## SUBSIDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO PÓS-DEMARCAÇÃO

### A solidariedade internacional na preservação das florestas internacionais.

#### A extração da madeira-diagnostico

" Os danos causados, do ponto de vista da cobertura florestal, são incalculáveis mas me parece que existe um dano maior do ponto de vista faunístico e isto incomoda os índios.

Praticamente toda a extensão sul da área indígena foi explorada pelas madeiras. Existe uma estrada principal que vai do rio Cateté até próximo ao rio Itacaiunas. Desta estrada saem mais duas uma de 50 quilômetros que margeia o rio Seco e outra que beira o rio Cateté, aproximadamente 51 km, ambas em direção a aldeia.

Saem das três vias principais inúmeros ramais que recortam toda área ao sul da aldeia. Estes ramais estão sempre perto dos rios e igarapés. Segundo os informantes, é nas margens dos rios que se concentra a maior concentração de mogno.

Tive a oportunidade de percorrer alguns ramais. Isto só foi possível de moto, devido aos estragos feitos pela chuva. O rapaz que me acompanhou, intermediário entre os índios e a madeira Angelin me disse que a madeira Parati retira da área somente o file mignon. Isto é, derruba todas as toras de mogno encontradas deixando apodrecer no chão as que possuem os nós e rachaduras pois não servem para uma laminação perfeita.

Fiquei chocada com a quantidade de árvores desvitalizadas. Os exploradores além de deixarem o mogno abandonado, fazem cortes transversais nas toras, com a serra elétrica, para que os outros não possam aproveitá-las.

Os danos causados do ponto de vista da cobertura florestal, são incalculáveis, mas me parece que existe um dano maior do ponto de vista faunístico e isto incomoda os índios. A área xicrin, durante todo o verão é ocupado por mais de 300 homens que caçam. Vimos muitas ossaduras de anta, caititu, paca, veado, jaboti e até porcão. A exploração do mogno atinge a região de margem de rio, mata de cipó, que segundo os índios se concentra a caça.

Por outro lado, todos os rituais Xicrin, durante o verão, foram realizados com grande fartura de caça. Os índios lotavam sua D-20 com caça e jabutis e mandavam para a aldeia. Deixaram de realizar a caça coletiva, a pé, perambulando, e passaram a caçar e coleta jabutis por todo o território, é uma situação interessante mas a caça indiscriminada pode levar a excassez, levando a sérios problemas num futuro próximo." Bebel

"Embora a primeira vista a extração seletiva de madeira possa parecer um uso adequado da terra, uma inspeção mais profundo dessa avaliação. Primeiro, porque remove sistematicamente os indivíduos que ostentam as características mais desejáveis da espécie madeiras, as quais correm o risco de experimentar, com o tempo, notável empobrecimento em seu patrimônio genético; segundo porque algumas das espécies mais procuradas são importantes para alimentação da fauna silvestre, como é o caso da maçaranduba, cujos frutos são comidos por papagaios, macacos, etc. A perda da fonte alimentar pode reduzir a produtividade secundária da floresta, causar a extinção de espécies animais e comprometer a regeneração florestal.

A extração seletiva perturba a paisagem de uma maneira muito localizada. Certas áreas florestais, com densidade relativamente alta de espécies cobiçadas, tiveram mais de 20% da superfície marcados por estradas de exploração sofreram perda completa da cobertura. Outras áreas, desprovidas daquelas espécies, ficaram virtualmente intocadas. Com respeito a esse padrão, a extração seletiva produz uma paisagem dominada por hábitat perturbados, fornecendo portanto condições para uma forte proliferação de pioneiras.

#### INSENSATEZ LUCRATIVA

"Ao longo dos 700 metros de estrada que pesquisamos em detalhe, somente 1,7 % das árvores com diâmetro maior que dez centímetros foi extraído. No entanto, das remanescentes, 12% perderam suas copas, 11% foram arrancadas pelos tratores e 3,1 % sofreram danos de casca, frequentemente fatais. Primeira conclusão: para extrair tão baixa percentagem da madeira local, mataram-se ou danificaram-se 26 % das árvores. Naturalmente, as árvores derrubadas para aproveitamento comercial eram as maiores, de modo que 16% da área basal total foram extraídos e 28% destruídos ou danificados. Os estragos podem ser expressos em termos de perda de cobertura de dossel. Nas duas seções de estrada de exploração essa cobertura era de 43%; enquanto nas florestas não exploradas é de 80%.

"Sendo o mogno a madeira brasileira mais cotada no mercado internacional, distribuída de forma descontínua por uma enorme faixa de floresta amazônica que se estende do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia; e Acre, a sua exploração motiva a ambição de grandes madeiras que não medem esforços para abrir caminho na floresta virgem em busca do ouro verde. A espécie se distribui em manchas esparsas ao longo da floresta e para extrai-la se é obrigado a avançar cada vez mais para dentro da floresta: Mais de 3000 KM de estradas de maior porte, sem contar outros milhares de estradas vicinais, já foram abertas de forma ilegal e descuidada nos últimos anos. A exploração madeira em geral, e particularmente o corte seletivo do mogno, representam hoje a ponta de lança da ocupação destrutiva e desordenada da Amazônia.

No entanto é principalmente nas áreas indígenas que a invasão madeira tem provocados gravíssimos problemas. São inúmeros os casos de roubo de madeira e de resistência indígena contra esta usurpação de seu território: Por outro lado, diante da forte pressão e aliciamento de lideranças indígenas por parte das madeiras, em alguns momentos com ajuda de funcionários da FUNAI, algumas comunidades indígenas passaram a permitir através de acordos ou contratos

que o mogno fosse explorado em seus territórios. Além de ilegais, esses contratos são do ponto de vista econômico, claramente lesivos aos índios, e suas principais consequências tem sido o fracionamento político e a degradação cultural dessas comunidades. Estes povos estão sendo compelidos a acreditar, que seja pela pressão ou pela simples convivência com seus vizinhos brancos, que a dilapidação ecológica através da exploração irracional e desenfreada dos recursos naturais existentes na floresta, é algo "natural" no contexto das relações de nossa sociedade com este planeta, sendo apresentada para eles como única alternativa para qual podem obter acesso a assistência e a bens de consumo. Este caminho tem protagonizado ao longo da história, a miséria e o desaparecimento de inúmeros povos indígenas. Nestes últimos dez anos, o número de indígenas que passaram a se tornar vítimas da corrida do mogno vem aumentando consideravelmente. Este problema tende a se agravar mais, uma vez que, das reservas de mogno ainda existentes, as mais cobiçadas estão localizadas dentro das áreas indígenas.

Existe uma polémica quanto ao volume de reservas da espécie mogno ainda existam, mas o fato é, que independente da quantidade que ainda resta, o modo de produção até hoje executado tem sido o mais predador possível: Por onde passa a fronteira do corte do mogno passou esta espécie foi praticamente extinta. Podemos constatar este fato em várias regiões do estado de Rondônia onde ocorreu intensa exploração durante os anos 80. Esse mesmo processo ocorreu também no estado do Pará, principal centro de exploração do mogno. Neste estado as madeiras exploraram nos anos 60 a região do rio Arauguaia e após o esgotamento das reservas nesta região avançaram nos anos 70 m pelo eixo da rodovia PA-150. Nos anos 80 este mesmo movimento predatório se direcionou para o ocidente, na direção do rio Xingu. Hoje a exploração já cruzou aquele rio e continua avançando.

O setor madeireiro, que é operado por extensa cadeia de atores informais e intermediários, é dominado por um grupo pequeno de grandes empresas madeiras e ou exportadoras que produzem relativamente poucos empregos e auferem altíssimos lucros com o envio de madeira para fora da Amazônia. Estas madeiras muitas vezes pertencem a grupos econômicos do sul do Brasil, que já trabalhavam no setor, e com o esgotamento das reservas de mata Atlântica e de Araucária, têm avançado agora no rumo da Amazônia. Além de das irregularidades e impunidades já mencionadas no cumprimento da legislação ambiental, existem fortes indícios de que tem ocorrido crimes de sonegação fiscal e sonegação de informações quanto a origem e ao real volume de madeira explorado." Manifesto "O corte predatório ameaça a Amazônia"

"A indústria madeira na Amazônia é imensamente poderosa: No estado do Pará ela efetivamente determina as políticas de governo: Ela tem corrompido a maioria dos funcionários encarregados da fiscalização do comércio, e ameaçado aqueles que não conseguem comprar.

O mogno é nas palavras de um pesquisador brasileiro, "um perfeito tabuleiro desenhado para máxima destruição ambiental". As árvores são altamente valiosas e largamente dispersas pela floresta: Para alcançá-las, os cortadores tem que criar uma enorme rede de estradas: uma serraria média cortando mogno no Brasil, constroi 500 quilômetros de estradas a cada ano. Suas operações são caracterizadas por extrema pressa e falta de cuidados, para cada três árvores de mogno cortado, 1450 metros de floresta são destruídos.. "Dia internacional de ação pela madeira"

## OS INDIOS E AS MADEIREIRAS

"Na organização social dos Kayapó, os homens dividem-se em classes de idade e em sociedades de homens cada uma com seu chefe. Apesar da complementariedade e integração destas classes e sociedades, do ponto de vista do sistema como um todo, existe na verdade facções que se opoem e competem entre si. Não há uma chefia ou sistema político centralizado, o que significa que nenhum chefe possui autoridade sobre a comunidade como um todo.

O sistema político é muito dinâmico e sempre muda com o tempo, segundo as personalidades do chefe com mais prestígio no momento. Atualmente a chefia dos velhos, devido ao contato rápido e descontrolado, foi totalmente abalada. Pode-se dizer que eles estão praticamente sem prestígio.

Os índios vivem em uma área demarcada, resto de uma área de perambulação muito extensa, inibindo a cisão periódica e tradicional dos grupos Kayapó, quando depois de um conflito as relações voltam a se equilibrar: Hoje, as classes de idade, as sociedades dos homens, as metades, as brigas de parentesco e as estratégias de contato precisam ser resolvidas nas fronteiras de um espaço delimitado. A oposição entre grupos ou competição entre as diferentes facções, sem possibilidades de serem resolvidas a partir dos moldes tradicionais, projetam-se com grande força nas relações e atividades exôgenas.

Inseridos cada vez mais numa sociedade que lhes passa a introduzir os valores que o dinheiro compra, os jovens da aldeia são cooptados e, e com o prestígio que obtêm a partir da redistribuição da pequena fatia da gorda margem de lucro que fica com os madeireiros, passam a se confrontar com as lideranças tradicionais e a exercer um novo tipo de chefia. Nesses casos a própria lógica tradicional, na qual poder e prestígio são inatos a quem tem para dar, se transforma. Muitos destes jovens chegam a representar o próprio madeireiro e o dono do garimpo nas discussões dentro da aldeia. A realidade tem demonstrado que, em completo abandono e sem nenhuma interlocução alternativa, os índios e seus recursos naturais se tornam pressas fáceis da ganância da economia da sociedade envolvente.

## PROPOSTAS DA FMV PARA UM PLANO DE ATUAÇÃO .

### Por uma articulação crítica e consequente.

A desassistência das comunidades indígenas brasileira, provocada pela ausência do Estado e mesmo da sociedade civil, os tem levado a realizar alianças com os setores mais conservadores, pontas de lança do capitalismo mais insensato e destruidor. Os poucos interlocutores alternativos, geralmente se caracterizam por apresentarem aos índios uma crítica permanente ao fato deles manterem os contratos com madeireiros e garimpeiros, crítica muitas vezes fundamentada numa visão ingenua da realidade vivida pelos índios e geralmente com pouca capacidade de oferecer alternativas concretas, contrastando perante os índios com os madeireiros que, calcados em muitos anos de exploração das florestas tropicais em áreas indígenas mantêm suas estratégias de cooptação das lideranças jovens e principalmente passaram

a respaldar suas ações predadoras nas comunidades, através do fornecimento do atendimento básico a nível de transporte, saúde e educação, legitimando-se temporariamente.

Nesse interim, uma primeira etapa de qualquer projeto com os Kayapó, deve necessariamente passar por uma estratégia de desencadear canais de comunicação e articulação com as lideranças tradicionais que já possuem uma visão crítica das consequências a médio e longo prazo sobre os recursos naturais e culturais de seus povos. Para tanto, a FMV se propõe a realizar primeiramente uma ampla articulação com entidades e antropólogos com reconhecida experiência e prestígio junto as comunidades indígenas Kayapó, visando realizar um trabalho cooperativo que passe primeiramente, pela estabelecimento de estratégias de intervenção a curto, médio e longo prazo, bem como formar uma verdadeira coalizão de esforços em prol de ações práticas e imediatas que levem ao oferecimento de alternativas as comunidades que vivem o drama da exploração madeireira.

A construção de uma articulação crítica e consequente deve necessariamente se dar em vários níveis: Primeiramente, a FMV se propõe a desencadear amplos contatos com todas as entidades e pesquisadores, principalmente antropólogos, que possuem experiência e prestígio junto as comunidades Kayapó, visando um respaldo político e científico na elaboração e implementação de projetos alternativos. Para tanto, propomos a realização de seminários e reuniões de trabalho, objetivando a sistematização das experiências existentes que leve ao estabelecimento de estratégias de ação bem fundamentadas e a resultados concretos.

Em segundo lugar, mobilizar a solidariedade internacional principalmente através das várias RainForest Foundation, co-irmãs da FMV brasileira, localizadas em vários países do primeiro mundo, para que apoiem e participem, de campanhas e ações que vissem a conscientização da sociedade internacional sobre a problemática da exploração madeireira em terras indígenas, visando uma coalizão internacional que desencadeie também estratégias de ação a nível planetário.

E por último estreitar os laços e valorizar as lideranças tradicionais das aldeias, oferecendo-lhes uma interlocução crítica em relação a exploração da madeira em curso dentro de seus territórios, de formas a que as populações locais, com toda a sua complexidade cultural e social, sejam o ponto de referência e os protagonistas centrais no desenvolvimento de projetos alternativos a atual situação em que vivem. Ou seja, desencadear alianças com aquela massa crítica das aldeias que possuem uma consciência quanto aos danos do tipo de exploração em curso, e que manifestam insatisfação em relação ao tipo de gerenciamento e ao retorno financeiro decorrente do volume de exploração imposto pelas madeireiras.

**Pela construção de um plano integrado de saúde, educação e autosustentação econômica e ecológica.**

Não deve existir nenhum grupo indígena do Brasil que consegue suprir a sua demanda interna de bens de mercado de forma satisfatória ao grupo utilizando-se somente das práticas tradicionais. E são pouquíssimos que conseguem suprir as suas demandas de mercado de maneira satisfatória de qualquer forma, ainda mais considerando-se as necessidades para a assistência da saúde e educação, quais fazem parte das novas necessidades das sociedades indígenas perante a sociedade envolvente. Uma análise histórica de como tem se dado a penetração das frentes econômicas nas áreas indígenas, quase que invariavelmente demonstra que esta geralmente se

legítima perante as comunidades, no momento que passa a oferecer os atendimentos básicos de saúde, educação, bem como os bens de primeira necessidade oriundos do mercado. Em última análise, a ausência do Governo e mesmo da sociedade civil no apoio as necessidades mais básicas das comunidades, acaba forçando as comunidades a aceitarem a ajuda interesseira dos empresários regionais.

Em um relatório da situação atual da área Menkragnoti- Kayapó feito recentemente pela FMV exemplifica esta situação: " Em Pukanu, a comunidade comprou um avião Sêneca, há cerca de dois meses, com dinheiro proveniente da retirada de minério e madeira de suas terras. Com estes recursos, já vinham bancando a manutenção do posto de saúde - salário da enfermeira e medicamentos necessários - além de uma professora para as crianças. Esta enfermeira, alias, é casada com um garimpeiro e os dois moram com a professora na casa dos " kubens" . O benadjore Pukatyre nos deu um depoimento dramático sobre esta convivência e como foi obrigado a deixar garimpeiros e madeireiros explorarem seu território. Adepto da tese defendida por lideranças tradicionais como Megaron e Raoni, de que os recursos naturais e biodiversidade devem ser preservados ou explorados de forma autosustentavel por toda a comunidade, Pukatyre acabou tendo que ceder as pressões, tanto em função da completa desassistência em que se encontrava seu povo, como por causa dos índios mais jovens que, seduzidos pelos bens de consumo corrente entre os parentes do Baú, por exemplo, insistiam na formação da aliança econômica que lhes proporciona-se retorno imediato."

Portanto, qualquer proposta de ação visando a integridade cultural dos povos e sustentabilidade das florestas tropicais, deve considerar em primeiro lugar as reais condições e contradições socio-econômicas das populações que habitam estes ecossistemas e suas consequências. Deve-se procurar formas autosustentaveis de suprir as necessidades básicas de saúde, educação e sustentação econômica e ecológica, dentro de uma perspectiva de autonomia e independência para as comunidades, oferecendo alternativas a forma assistencialista e tendenciosa do apoio oferecido pelos madeireiros e donos de garimpo, e que tem levado a desagregação cultural destes povos.

### Auto-sustentação Econômica e Ecológica

As evidências anteriormente descritas, nos mostram um quadro de depredação criminosa dos recursos naturais das áreas indígenas bem como a sua insustentabilidade econômica num prazo de tempo não muito distante. A continuar o atual sistema de exploração vigente, teremos a extinção das últimas reservas de mogno do planeta e a completa desagregação cultural de uma das etnias que possivelmente mais tem a contribuir na construção de formas de manejo autosustentaveis para as florestas tropicais. Nesta complicada transação envolvendo madeireiros e os índios Kayapós, esta em jogo não a última, mas com certeza uma das mais decisivas cartas do futuro das florestas da Amazônia Brasileira.

A Fundação Mata Virgem, enquanto representante de uma rede internacional de apoio as comunidades indígenas e a preservação das florestas tropicais, se propõe a desencadear amplo processo de apoio a iniciativas políticas e científicas que levem ao cumprimento de seus objetivos. O seu grande desafio, que de resto não é somente seu, mas de toda a sociedade planetária, é exatamente de apoiar e implementar ações que vissem estancar a sangria suicida dos recursos naturais das florestas tropicais, através de estratégias coletivas, inter-culturais e

científicas que permitam a autosustentabilidade econômica e cultural das populações autoctones e a sustentabilidade ecológica de seus ecossistemas com benefícios para o planeta como um todo.

No entanto, o que caracteriza nossa entidade é trabalho direto com as comunidades, conseqüentemente nossa prática tem sido mediada pela realidade concreta vivida pelas mesmas, nas quais a sustentabilidade econômica frente as novas necessidades de contato atua como fator determinante em qualquer estratégia de ação. Para tanto, consideramos que não existe no momento condições concretas que permitam que a sociedade Kayapó possa manter seu sistema tradicional de manejo dos recursos naturais sem que isto signifique que tenha que abdicar de um conjunto de reivindicações que flagrantemente procuram reafirmar e ampliar a sua auto-determinação. O sistema tradicional de manejo por si só não é suficiente, mas são fundamentais seus princípios para construção de alternativas viáveis e exequíveis.

A seguir descrevemos uma série de propostas a serem discutidas com as comunidades indígenas e eventualmente implantadas em um período de curto, médio e longo prazo, e que se propõem a serem alternativas a o atual sistema criminoso e suicida de exploração vigente nas áreas indígenas.

**1ª) Desenvolver experiências piloto de manejo de rendimento sustentado das florestas.** É importante distinguir a extração seletiva do manejo seletivo, que leva em conta o nível de redução da densidade dos povoamentos vegetais por ocasião do corte e, desta forma, extrai a madeira de acordo com planejamento do manejo policíclico para as florestas densas. A extração seletiva é, como vimos, uma exploração predatória, que retira as árvores mais valiosas e pretende deixar o resto intacto, o que de fato não acontece.

Temos a plena consciência da inexistência de experiências que comprovadamente demonstrem a existência de modelos de manejo que efetivamente garantam uma sustentabilidade da floresta a longo prazo. no entanto não podemos mais nos omitir na busca da construção de tal experiência. Enfatizamos o potencial do conhecimento que os Kayapó podem efetivamente oferecer a nossa sociedade na viabilização de tal experiência, em função do grande cabedal de conhecimento etnobiológico que comprovadamente possuem.

Tal experiência se insere numa estratégia de demonstrar outras possibilidades de exploração dos recursos naturais contrapondo-se à lógica imposta pelos madeireiros.

**2ª) Desenvolver experiências piloto de recuperação de florestas mecanicamente exploradas.** Ainda encontra-se numa fase inicial a exploração madeireira na área Menkragnoti, porém conforme ficou evidenciado nas descrições anteriores, o tipo de sistema de exploração vigente vem provocando sérios danos, carecendo portanto de experiências que dêem conta da sua recuperação, principalmente considerando-se que nas outras áreas Kayapó tal estado de degradação encontra-se em estado bastante adiantado..

**3ª) Desenvolver experiências piloto de manejo de recursos faunísticos e criação de animais silvestres**

**4ª) Desenvolver o etnozoneamento ecológico das áreas Kayapó e Xingu :** Estabelecer as características e interações existentes entre os fatores do solo, clima, vegetação e fauna, com a efetiva participação dos índios, de modo a estabelecer um zoneamento regional para a execução de planos de manejo dos recursos naturais.

5º) Apoiar pesquisas aplicadas visando o desenvolvimento de novos produtos ( alimentícios, cosméticos , etc. ) que possam ser obtidos a partir dos recursos naturais das áreas indígenas e que tenham potencial para comercialização .

6º) Apoiar o desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento dos produtos da floresta , estas devem ser simples e de fácil assimilação pelos índios, permitindo-lhes total autonomia no desenvolvimento dos produtos desde a extração da floresta até a elaboração final do produto.

7º) Desenvolver mecanismos que permitam agregar o valor cultural e ambiental no preço final dos produtos da floresta produzidos pelos índios. Estes mecanismos devem necessariamente caracterizar uma marca , uma " griffe dos povos do Xingu " de formas que ao sair das aldeias estes produtos estejam prontos para o mercado consumidor.

8º) A Fundação Mata Virgem , as RainForest Foundation espalhadas pelo mundo e os próprios índios devem realizar um esforço em conjunto visando abrir mercados para os produtos da floresta. Para tanto devem ser realizadas pesquisas de mercado , na perspectiva de se criar uma rede nacional e internacional para escoamento da produção.

9º) Desencadear um amplo processo de formação de técnicos indígenas em manejo de recursos naturais e silvicultura de forma a lhes viabilizar uma maior autonomia no gerenciamento das práticas de manejo dos recursos e produção dos produtos da floresta.

10º) Integrar os índios enquanto indivíduos em todas as etapas destes projetos de autosustentação, de maneira a que se tenha um repasse integral de todas as informações e instrumentos , levando os próprios índios a assumir de maneira autônoma o gerenciamento da cadeia de produção e comercialização. Para tanto deve-se inclusive viabilizar a formação de técnicos indígenas em administração e gerenciamento.

11º) Apoiar as iniciativas de organização econômica autônoma ( cooperativas ?? ) das comunidades indígenas de formas a viabilizar a autonomia política e econômica dos grupos indígenas.